

Arquivo “de” museu, arquivo “em” museu: reflexões a partir do Museu Histórico Nacional

Raquel Pret Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-8130-1774>
raquelpret@id.uff.br

Nathalia dos Santos Nicolau Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil
<https://orcid.org/0009-0008-5834-9391>
nathalianicolau@id.uff.br

Resumo O Museu Histórico Nacional, no Brasil, instituição (MHN) secular, possui um grande acervo alusivo aos processos históricos brasileiros, com foco especial no II Reinado (1840-1889). Possui seções como Numismática, Biblioteca, Arquivo Histórico, além de sua Reserva Técnica para organizar e tratar seus documentos. No campo da Arquivologia, a partir do seu processo de revitalização (1984-1989), o museu adotou princípios de gestão de documentos, além de implementar o que foi chamado de arquivo institucional, unidade responsável por gerir o conjunto de documentos produzidos ou recebidos pela instituição, no desempenho de suas funções e atividades, independentemente da natureza de seu suporte. Assim, o objetivo deste artigo é compreender as especificidades dos arquivos em instituições museológicas. Para tanto, além do estudo no referido laboratório empírico, iremos cotejar com uma ampla revisão de literatura acerca de arquivos, documentos, museus, coleções e acervo museológico. Nosso objetivo é compreender se há diferenças no tratamento dos documentos produzidos pelas instituições museológicas e daqueles custodiados pelas mesmas. Nossa hipótese principal é que podemos diferenciar tais tratamentos em arquivos “de” museu e arquivos “em” museus. Os primeiros mais próximos ao conceito consagrado de arquivo para a literatura da área. Já o segundo, trata-se de coleções nomeadas como arquivos.

Palavras-chave Arquivos em Museus. Museu Histórico Nacional. Coleção. Acervo Museológico

Archives “of” museum, Archives “in” museum: reflexions about National Historic Museum (Brazil)

Abstract The National Historical Museum (NHM), in Brazil, a secular institution, has a large collection relating to Brazilian historical processes, with a special focus on the II Reign (1840-1889). It has sections such as Numismatics, Library, Historical Archive, in addition to its Technical Reserve to organize and process your documents. In the field of Archive Science, since its revitalization process (1984-1989), the museum adopted principles of records management, in addition to implementing what was called an institutional archive – a work unit responsible for managing the set of records produced or received by the institution, in its business transactions, regardless of the nature of its supports. Thus, the article aims is to understand the specificities of archives in museum institutions, using as a laboratory the National Historical National. To reach this goal, in addition to the study in the empirical laboratory, we will compare it with a broad literature review about archives, documents, museums, collections and museum collections. Our objective is to understand whether there are differences in the treatment of documents produced by museum institutions and those held by them. Our main hypothesis is that we can differentiate such treatments in archives “of” museums and archives “in” museums. The first ones are closer to the established concept of archive for literature in the area. The second would be collections named as archives.

Keywords Museums Archives. National Historic Museum (Brazil). Collections. Museological Colletions

Archivo “de” museo, archivo “en” museo: reflexiones desde el Museo Histórico Nacional

Resumen El Museo Histórico Nacional, de Brasil, institución secular (MHN), posee una amplia colección

relacionada con los procesos históricos brasileños, con especial atención al II Reinado (1840-1889). Cuenta con secciones como Numismática, Biblioteca, Archivo Histórico, además de su Reserva Técnica para organizar y procesar sus documentos. En el ámbito de la Archivología, a partir de su proceso de revitalización (1984-1989), el museo adoptó principios de gestión documental, además de implementar lo que se denominó archivo institucional, unidad encargada de gestionar el conjunto de documentos producidos o recibidos por la institución, en el desempeño de sus funciones y actividades, independientemente de la naturaleza de su soporte. Por tanto, el objetivo de este artículo es comprender las especificidades de los archivos en las instituciones museísticas. Para eso, además del estudio en el citado laboratorio empírico, lo compararemos con una amplia revisión bibliográfica sobre archivos, documentos, museos, colecciones y colecciones museísticas. Nuestro objetivo es comprender si existen diferencias en el tratamiento de los documentos producidos por las instituciones museísticas y los que están sob su guarda. Nuestra principal hipótesis es que podemos diferenciar los tratamientos en archivos “de” museos y archivos “en” museos. Los primeros se acercan más al concepto establecido de archivo en la literatura archivística. El segundo serían las colecciones denominadas archivos.

Palabras clave Archivos em museos. Museu Histórico Nacional (Brasil). Colección. Colección del museo



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 24/11/2023
Aprovado em 14/08/2024
Publicado em 06/06/2025

1 INTRODUÇÃO

Quando falamos em arquivo, a primeira coisa que vem à nossa mente é um prédio cheio de papéis, pastas e caixas. Pensar o arquivo como uma instituição é algo mais frequente em nossa sociedade, mas quando falamos em arquivo também podemos estar nos referindo a um setor ou unidade de uma outra instituição, que pode ser pública ou privada, uma empresa, uma casa de cultura e até mesmo um museu. Para essa pesquisa, escolhemos compreender o arquivo em um espaço museológico

Devemos esclarecer que os museus podem possuir um ou mais arquivos, ainda que não sejam denominados como tais. No Brasil, encontramos instituições museológicas que apresentam uma divisão de setores, ou até mesmo dentro do próprio setor, onde geralmente organizam separadamente o conjunto de documentos administrativos dos documentos custodiados (formados por coleções e/ou arquivos pessoais de caráter permanente), como é o caso do Museu Aeroespacial (Musal)¹ e do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)², ambos localizados no Rio de Janeiro.

O museu pode possuir mais de um arquivo, muitas vezes sendo diferenciados por um ser voltado às ações administrativas (institucional) e outro para memória e valor histórico da instituição ou da região/país (histórico).

Assim, o questionamento basilar desta pesquisa, levando em conta que será direcionada ao entendimento da constituição e funcionamento especificamente do arquivo no MHN seria representada pela seguinte pergunta: Quais as diferenças entre os Arquivos Institucional e Histórico no MHN, a partir da reflexão dos valores dos documentos frutos do acúmulo institucional e documentos doados/comprados e pertencentes a coleções?

Para tanto, realizamos um amplo levantamento bibliográfico na Base de dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) as quais nos deram suporte para uso de uma bibliografia que abordasse temas como museus e arquivos e tudo que envolve essas áreas. Foi realizada também uma revisão da literatura acerca das categorias arquivo, museu, coleções, arquivos pessoais, instituição cultural de memória, arquivos “em” e “de” museus. Além disso, nosso trabalho se trata de um estudo de caso³ no MHN, mais especificamente em seus dois arquivos: Arquivo Institucional e o Arquivo Histórico. Assim, utilizamos fontes primárias do próprio

¹ Para saber mais sobre os arquivos no MUSAL ver Dias, Fabiana Costa. **Museu Aeroespacial: Na trilha do seu acervo.** Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, Universidade, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2017

² Para saber mais sobre os arquivos no MAST ver Hannesch, Ozana. **Patrimônio arquivístico em museus: reflexões sobre seleção e priorização de conservação-restauração de documentos em suporte papel.** 2013. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), Rio de Janeiro, 2013

³ Para saber mais ver: Chizzotti, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

museu (relatórios, anais, plano museológico, site institucional, banco de dados, leis e regimentos); e criamos formulários contendo questões, que foram submetidas às arquivistas dos arquivos estudados, de forma que possibilite elucidar a organização dos mesmos.

O MHN possui dois arquivos, o Institucional e o Histórico, que diferem em relação aos acervos que os constituem, o contexto de criação, objetivos e atividades. Considerar essas possíveis diferenças, e entender o arquivo não como instituição, mas como um setor dentro da hierarquia do museu, leva a um entendimento amplo do que podemos definir como arquivo e, principalmente, trazer à tona os debates em que há um questionamento se de fato um setor e até mesmo uma instituição, deve ser considerada enquanto arquivo ou se ela se enquadra em outra terminologia, a qual a define de uma forma mais adequada.

2. O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL E A CONSTRUÇÃO DOS SEUS ARQUIVOS

A década de 1920 foi marcante para a cidade do Rio de Janeiro, no que se refere a grande modernização pela qual passou em nome do progresso, tendo como um dos marcos o desmonte do Morro do Castelo, no Centro do Rio de Janeiro, sob a ordem do então prefeito Carlos Sampaio, que demoliu o morro poucos meses após assumir o cargo (Motta, 1992, p. 05; 06). “A pressa se justifica, pois sobre parte da área conquistada ao Castelo seriam construídos os ‘majestosos’ pavilhões da Exposição Universal” (Motta, 1992, p. 06). A comemoração do Centenário da Independência veio com o Decreto nº 4.175 de novembro de 1920, o qual assentiu com a realização de uma Exposição Nacional.

Foram feitas inúmeras construções para abrir os espaços para a comemoração e a chamada Avenida das Nações abrigou diversos pavilhões, dentre eles estava o Pavilhão das Indústrias que se tornaria o MHN, em 1922. “O museu foi fundado durante a Exposição, ocupando duas salas dentro do Palácio das Grandes Indústrias” (Costa, 2011, p. 51).

A demanda para a criação de um museu voltado à história nacional já era identificada desde o início do século XX, entretanto, somente com a aproximação das comemorações que esta necessidade se tornará imprescindível. O MHN surge em um momento em que o debate político intelectual do país se encontra em torno da questão da identidade nacional, que procurava criar uma ruptura com o passado e a tradição lusitana, com o objetivo de inaugurar uma cultura de vanguarda marcada por elementos caracteristicamente brasileiros (Costa, 2011, p. 50).

A ideia de que seria importante o país ter um MHN já estava se moldando a algum tempo, como relata Costa (2011), mas o grande nome por trás da criação do MHN foi Gustavo Barroso⁴,

⁴ Para ver mais sobre quem foi Gustavo Barroso e sua trajetória ver sua Pasta Funcional no MHN disponível em Museu Histórico Nacional (Brasil). **Biblioteca Virtual**, Rio de Janeiro, RJ [s.d.]. e ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996 e Academia Brasileira de Letras. Gustavo Barroso. In: **Acadêmicos**. Rio de Janeiro, RJ, [s.d.]

que além de fundador se tornou o primeiro diretor da instituição museológica. Segundo Abreu (1996), Barroso tinha como característica a devoção às tradições e que tinha a história como sua aliada para tornar o passado como exemplo para a defesa da manutenção dessas tradições e da nacionalidade por meio do museu. Assim, Barroso cunha a expressão “Culto a Saudade”, que nada mais seria que esse movimento de cultuar a história passada.

Em 1922, o governo republicano buscava, com a criação do Museu Histórico Nacional, resgatar o passado como constitutivo básico da nacionalidade. A ideia de nação pressupunha uma história, um passado. E o Museu Histórico Nacional, situado numa área histórica do país, parecia ser o local adequado para preservar os documentos e os objetos capazes de evocar o passado nacional. (Abreu, 1996, p. 161)

No Regimento de 1922, nota-se como deveria ser composto o acervo do MHN e, segundo Araujo (2014), ainda estabelecia que a entrada do acervo era de responsabilidade do diretor, ou seja, do Gustavo Barroso. (Araujo, 2014, p. 55). Além disso, este regimento ainda tratava a respeito das “[...] formas de entrada do acervo, critérios para o aceite, preocupação em complementar coleções, documentação e conservação do acervo” (Araujo, 2014, p. 56).

1. Os objectos que constituem o museu historico do Archivo Nacional;
2. O acervo da secção de moedas e medalhas da Bibliotheca Nacional, inclusive as obras impressas que formam a bibliotheca especial da secção;
3. As collecções de moedas, medalhas, sellos e peças similares existentes na Casa da Moeda, que conservará apenas os exemplares que lhe forem necessarios dos trabalhos que houver executado e das peças que lhe servirem como modelos;
4. Os quadros historicos e mais objectos de caracter historico que formam o Museu da Marinha e o Museu Militar;
5. Os quadros historicos e quaesquer objectos de caracter historico existentes no Museu Nacional, na Escola Nacional de Bellas Artes e em outros estabelecimentos publicos federaes, nos quaes poderão, entretanto, ser conservados os objectos que particularmente disserem respeito aos fins ou á história de cada um delles (Brasil, 1922, p. 19 apud Araujo, 2014, p. 56).

Em virtude de seu acervo “recém-constituído” e das doações recebidas por seus patronos, os documentos em suporte de papel, no Museu Histórico Nacional, eram tratados com o mesmo prestígio daqueles tridimensionais (Portugal et al, 1995). Podemos dizer que os documentos, na década de 1920, eram tratados como monumentos⁵ no MHN, inclusive sendo muito utilizados em exposições como objetos museológicos.

Os documentos sobre suporte de papel, independente de serem manuscritos e iconográficos, eram expostos junto com outros objetos tridimensionais, recebendo exatamente o mesmo tratamento que estes últimos. Fotografias das salas de exposição nas décadas de 30 e 40 mostram documentos iconográficos emoldurados e expostos, e documentos dentro de vitrinas, situação a que, por sinal, os relatórios anuais se referem (Portugal et al., 1995, p. 82).

⁵ Ver Le Goff, Jacques. Memória. In: **Enciclopedia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990.

Por conta desse uso de documentos em papel como se fossem objetos museológicos e testemunhas de um passado histórico, o MHN ficou conhecido como o museu dos documentos (Portugal et al., 1995). Foi na década de 1930 que o museu começou, de fato, a ter caráter custodiador de documentos de grandes personagens da história do país, onde muitas das salas possuíam nome de personalidades e seus objetos. “A denominação das salas do Museu obedeceu ao propósito de homenagear seus benfeitores, destacadamente os que contribuíram com avultadas quantias para a reforma das várias instalações, como consta de anteriores relatórios” (Museu Histórico Nacional, 1930, p. 07).

Foi em 1942 que os documentos em suporte de papel começam a ser retirados das vitrines de exposição e acondicionados sob a responsabilidade da secretária do museu, que acaba tendo, na prática, um papel de arquivo enquanto espaço físico, como relata Portugal et al. (1995, p. 83). Os autores, citando o relatório da época, afirmam que foi em 1945 que se percebeu a referência a criação de um arquivo e a demonstração de uma preocupação inicial com o tratamento e armazenamento dos documentos (1995, p. 84).

Com a inauguração das novas instalações do Museu Histórico Nacional, o Arquivo passou a ocupar uma parte da sala destinada à Biblioteca. Os documentos não expostos que faziam parte de outras seções foram reunidos, inventariados e guardados nos móveis fornecidos pela Divisão do Material. Ainda não se conseguiu uma arrumação satisfatória devido a dificuldade em obter prontamente o fornecimento do material permanente e de consumo exigido para esse serviço. [...] A construção mista de aço e madeira deixa bastante a desejar a favorecer o desenvolvimento de agentes nocivos à integridade dos papéis arquivados (Museu Histórico Nacional, 1945, p. 81).

Ainda em 1945, vemos no Relatório de Direção de 1945 que é pequena a quantidade de documentos fora das exposições, mas que existe uma preocupação em como deveriam estar organizados, como deveriam ser as fichas, o tipo de material para acondicionamento e de se ter um profissional adequado para se responsabilizar das atividades do Arquivo (Museu Histórico Nacional, 1945, p. 81, 82).

[...]É ocupante do referido cargo o **Arquivologista**, classe I, Herculano Gomes Mathias que se apresentou em 14 de março de 1945 ficando incumbido da tarefa de organizar o Arquivo do Museu. Este funcionário conta, em certos serviços, com a cooperação e o auxílio do servente diarista Oswaldo de Oliveira encarregado da guarda da biblioteca (Museu Histórico Nacional, 1945, p. 81, **grifo nosso**).

Já no Relatório de Direção de 1946, o Arquivo consta como uma das seções/divisões da secretaria e tinha a finalidade de “catalogar, arquivar e conservar documentos artigos sob a guarda do Museu” (Museu Histórico Nacional, 1946, p. 07). Ou seja, em 1946 o Arquivo já possuía suas funções delimitadas em relatório. O relatório demonstra um tratamento diferente e especial aos

documentos em suporte de papel. Consta, inclusive, uma preocupação com mobiliário para armazenamento adequado de documentos com diferentes dimensões, a preocupação com as fichas, o tipo de instrumento de referência (Museu Histórico Nacional, 1946, p. 29).

Nos relatórios de Atividades do MHN entre o período de 1947 a 1950, já consta que o arquivo possui um acervo maior devido a retirada “de quase toda a documentação manuscrita que se achava exposta em diversas salas do Museu” (Museu Histórico Nacional, 1950b, p. 04). Dessa forma, é dito que essa ação resultou na criação de um “Arquivo Central”, o qual se torna uma seção agora independente, ou seja, ela não mais responderia a secretaria, mas sim ao diretor do museu.

ESTRUTURA E POSIÇÃO HIERÁRQUICA

I – Estrutura Interna da Repartição

Diretoria

Secretária

Curso de Museus

Biblioteca

Arquivo

Secção de História

Secção de Numismática

Portaria e Guarda de Vigilantes Noturno (Museu Histórico Nacional, 1950a, p. V).

Em 1960, com a criação do Museu da República, instituição subordinada que passou a ser subordinada ao MHN e funcionava como uma seção do referido Museu, novas mudanças no organograma foram ocorrendo, mas foi mantida a Divisão de Documentação e a Seção de Arquivo subordinada a ela (Museu Histórico Nacional, 1970, p. 01). Portugal et al (1995) afirma que apenas em 1975, com um novo Regimento, que o que era chamado de Arquivo nos documentos anteriores do MHN passa a ser denominado como Arquivo Histórico (p. 85).

I – Coordenadoria Técnica

II – Divisão de Museologia

1. Seção de Pesquisa e Organização

a- Seção Técnica do Museu da República

a- Seção de Catalogação

a- Seção de Exposição

a- Seção de Conservação e Restauração

a- Seção de Reserva Técnica

III – Divisão de Documentação e Divulgação

a- Seção de Arquivo Histórico

a- Seção de Arquivo Fotográfico

a- Biblioteca

a- Seção de Publicação e Divulgação

IV Divisão de Atividades Educacionais e Culturais

a- Seção de Pesquisa e Assistência Pedagógico-Museográfica

a- Seção de Atividades Educacionais

a- Seção de Difusão Cultural

a- Serviço de Atividades Auxiliares

VI – Serviço de Administração da Sede do Museu da República (Brasil, 1975, p. 14087 – 14089, **grifos nossos**).

A década de 1980 veio acompanhada de profundas transformações, não somente na estrutura política-administrativa do país com o fim da ditadura civil-militar, mas também na própria área da cultura, memória e patrimônio no âmbito federal. A criação da Fundação Pró-Memória, em 1979, deu maior dinamismo às políticas públicas culturais federais. Os museus mais antigos foram incentivados a repensar suas formas de gestão e em democratizar seus acessos. Neste contexto, o Museu Histórico Nacional começou o seu processo de revitalização que durou de 1984 a 1989 (Pret 2010).

O MHN passa por importantes transformações: o Museu da República ganhou autonomia, em 1983, e não estava mais sob sua responsabilidade; os modelos de gestão de documentos dos Estados Unidos começaram a ser debatidos por órgãos e entidades federais, inclusive no Museu; o circuito expositivo de longa duração foi todo reformulado com a perspectiva de abordar os grandes ciclos econômicos analisados por nomes como Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Marais, Caio Prado Júnior, da historiografia brasileira (Pret, 2010). Então, em 1987, no bojo do processo de revitalização, o MHN procurou incorporar práticas de gestão de documentos em sua administração, onde “a elaboração de um diagnóstico sobre a situação dos arquivos e a apresentação, concomitante, de um projeto de organização, foram as primeiras providências” (Sales, 1997, p. 268).

O processo de revitalização do MHN foi um período no qual, seus agentes – gestores e técnicos – passaram a analisar e refletir sobre a própria instituição – sobre a sua história, sobre a memória que preservava, sobre que tipo de passado queriam apresentar e sobre como queriam que o Museu fosse visto pela sociedade brasileira que vivia tempos de redemocratização, Diretas Já e Constituinte (Pret, 2010). Então, após um grande diagnóstico sobre as condições do Museu Histórico Nacional, em 1987, criou-se a Seção de Apoio Administrativo com as funções de um arquivo, como demonstra o relatório de gestão de 1987:

À Seção de Apoio Administrativo compete planejar, orientar e controlar a execução das atividades relativas à expedição, recebimento, registro, distribuição, movimentação e arquivamento de processos e documentos em suas fases correntes, intermediária e permanente, bem como as atividades referentes à comunicação interna (Museu Histórico Nacional, 1987, p. 09).

Tivemos contato com alguns outros relatórios da Seção de Apoio Administrativo, sendo o último datado de 1995, e identificamos que ela mantém a estrutura de ter como atividades específicas funções ligadas ao arquivo corrente e permanente (Museu Histórico Nacional, 1995).

Já nos anos 2000 o Museu passou por uma revitalização⁶ e por meio da Fundação Vitae e do Fundo Nacional da Cultura, o arquivo corrente passou por uma modernização do seu espaço. No relatório de atividade de 2003, já reparamos a nomenclatura de Arquivo Institucional para falar dos arquivos correntes, intermediários e permanentes que antes ficavam a cargo da seção de Apoio Administrativo (Museu Histórico Nacional, 2010).

Nesse arquivo se concentram documentos arquivísticos correntes, intermediários (ou seja, documentos produzidos pelos setores do MHN ao longo do ano e que após a sua fase corrente são enviados para serem guardados no Arquivo Institucional) e permanentes. Dentre esses documentos estão os que fazem parte da atividade meio e fim do MHN. O arquivo apresenta documentos “textuais (processos, pastas funcionais, relatórios.), iconográficos (fotografias, negativos...), cartográficos (plantas), informáticos (cd, dvd, hd, disquete...)” (Mendes, 2022)

Apesar de ser um arquivo que trata das questões administrativas da instituição, o Arquivo Institucional, por característica do espaço de memória onde está instalado, guarda documentos valiosos para a história dos museus brasileiros. Ali estão conservados os registros do primeiro Curso de Museus do país, além de parte dos dados ligados à antiga Inspetoria de Monumentos Nacionais. Desse modo, o conteúdo do arquivo atrai pesquisadores interessados não apenas no funcionamento do MHN, mas também, aqueles que pretendem estudar a história do campo do patrimônio no país (Museu Histórico Nacional, 2016, p. 98).

Como citado anteriormente, esse Arquivo faz a guarda de documentos de caráter permanente e ligados à história da criação e manutenção do MHN. Encontramos pastas de funcionários, Relatórios das Áreas, Relatório da Direção, Planos Museológicos, documentos relativos às exposições permanentes e temporárias (projeto, folder, cartaz, montagem etc.), mapas, livro de ouro, livros de assinaturas de exposições, documentos como cartas, escritos do Gustavo Barroso, dentre outros.

Além desses, apresenta documentos em outros formatos, como fotografias e negativos em vidro. O Arquivo tem como organização o “Fundo MHN” e, segundo a arquivista (2022), apenas os documentos textuais são organizados em séries: “As séries estão divididas em AS (administração superior), AM (área-meio) e AF (área-fim), todas fazem parte do fundo MHN.” (Mendes, 2022)

Ao analisar o Plano Museológico proposto para os anos de 2016 a 2019, observamos que o Arquivo Institucional faz parte do Programa de Gestão de Documentos

No âmbito da Coordenadoria Administrativa, relacionam-se diretamente a este Programa, os setores: Protocolo e Arquivo Institucional, responsáveis pelo controle do trâmite, classificação, avaliação, seleção, guarda, armazenamento e disponibilização dos documentos de caráter administrativo e técnico, produzidos ou recebidos pelo MHN, entre

⁶ Para saber mais sobre os Projetos de Modernização do MHN ver o Relatório de 2003-2010 (Museu Histórico Nacional, 2010).

eles: correspondência, processos, fotografias de eventos e atividades, pastas funcionais e relatórios anuais, entre outros (Museu Histórico Nacional, 2016, p. 96).

“Há pelo menos vinte anos não é realizado o descarte de documentos com a temporalidade expirada no arquivo institucional, devido à dificuldade em montar a comissão de descarte, conforme previsto em lei” (Museu Histórico Nacional, 2016, p. 98). A arquivista Bianca Mendes (2022) relata que “Existe uma Comissão de Avaliação, já foi realizado o trabalho de elaboração de listagem de eliminação e enviado ao AN⁷, porém não temos ainda permissão para proceder à eliminação.”

Não há ainda um Plano de Classificação e nem Tabela de Temporalidade próprios, mas a arquivista responsável utiliza o Código de Classificação, e a Tabela de Temporalidade do CONARQ (Mendes, 2022). Existe um entendimento de se classificar a documentação e avaliar para que posteriormente possa se eliminar os documentos que já cumpriram seu prazo de guarda e não são considerados permanentes para possibilitar liberação do espaço físico que já se encontra limitado.

3 ARQUIVO “DE” MUSEU OU ARQUIVO “EM” MUSEU?

O museu, ao procurar apresentar a memória de outros, revela a memória de si. Como afirma o historiador, Ulpiano Bezerra de Meneses: “a única história possível a um museu é a de si mesmo” (2003, p. 272). Assim, o Museu Histórico Nacional, enquanto essa instituição de memória, adquiriu, colecionou, classificou, tratou, preservou e continua realizando tais funções acerca dos documentos que compõem o seu acervo.

O museu concebido como lugar da metonímia dos objetos convida para a evocação mimética do que se deixou para trás, criando a sensação de realidade. Esse talvez seja um dos principais problemas apontados por Jordonova (2001) ao conceituar museu: a pretensão de síntese que camufla o trabalho técnico e científico realizado pelos agentes de museu em operações de aquisição, classificação, tratamento e exibição de seus documentos e os oferece como metonímias de história e cultura de comunidades, povos, nações. Documentos de diversos contextos, conjunturas diferentes, origens múltiplas organizados e harmonizados em coleções que criam novos universos e apresentam novas narrativas, inclusive em suas exposições. O que de certa forma retorna a antiga pergunta de Franz Boas (2004): é possível objetificar uma cultura? Em nossa análise a formulação talvez deveria ser: é possível objetificar a formação histórica do Brasil?

A apresentação de objetos em contextos criados fabrica uma margem teórica de referência para o observador, oferece explicações, providências, cenários históricos, faz comparações, propõe

⁷ Arquivo Nacional

questões. Esta forma de exibição exerce forte controle cognitivo sobre o observador em relação aos objetos, harmonizando pelo poder da classificação e organização de um grande número de artefatos provenientes de lugares, culturas e histórias diferentes e colocando-os um em relação aos outros. (Gimblett, 1998, p. 22).

Susan Stewart, em seu livro *On Longing* (1984), aborda o trânsito dos objetos a partir de duas categorias *souvenir* e *coleção*. Segundo a autora, o traço original do *souvenir* é que ele oferece a possibilidade do deslocamento de um momento singular para a memória e para o desejo. Ele remete-se às suas próprias origens para satisfazer a um desejo nostálgico. O *souvenir* possibilita o retorno à experiência, eternizando-a. (Stewart, 1984, p. 138)

Nesse sentido, o museu opera com as duas lógicas ao tratar seus documentos. Na reserva técnica, os objetos mantêm em seus dossiês as suas biografias. Os objetos, nesse sentido, ganham o estatuto de *entidades* que evocam o passado e o viabilizam materialmente de acordo com a maneira que foram organizados pelo Museu Histórico Nacional.

O souvenir desloca a história para um tempo privado (do colecionador, do objeto, do doador, do criador). Os objetos colocam uma temporalidade do passado, eles colocam o passado dentro de uma ordem simultânea onde a memória é convidada a organizar o céu e o inferno, a ferramenta e o ornamento, o ancestral e o contemporâneo, a decadência e a preservação. (Stewart, 1984, p. 150)

Já ao organizar seus documentos em coleções, inclusive em seu Arquivo Histórico, que possui 169 coleções, o Museu Histórico Nacional retira o contexto de produção de seus documentos, a temporalidade dos objetos e os dispõe em uma outra temporalidade onde são simultâneos. A sua função não é a restauração dos contextos originais dos documentos, mas sim a criação de um novo contexto possibilitando o desencadeamento de novas séries e novas coleções. O mundo da coleção é o mundo da antecipação e a sua origem é a classificação. Sendo assim, a coleção tem como ponto de partida o esquecimento, o começar de novo com elementos criados e suas virtuais combinações (Stewart, 1984).

A literatura arquivística, consensualmente, define documentos de arquivo como registros, de qualquer natureza ou suporte, produzidos por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, para o exercício de suas funções ou atividades, reunidos organicamente. Esta definição se encontra em dicionários terminológicos da área – internacionais ou brasileiro, na legislação arquivística brasileira e em cânones da Arquivologia como Schellenberg, Casanova, Rousseau e Couture, Cook.

Bellotto (2003) esclarece que os arquivos em museus possuem particularidades que precisam ser consideradas ao caracterizá-los, sobretudo, quando analisamos a formação de seus acervos e os usos de seus documentos. A autora destaca que os arquivos em museus não são apenas fontes administrativas ou históricas, mas também parte do contexto documental dos

objetos do acervo. Eles ajudam a construir narrativas e a compreender a proveniência, autenticidade e o valor cultural dos objetos.

Arquivos em museus geralmente têm um uso mais direcionado para pesquisa histórica, curatorial e educativa, além da administração interna. Embora os arquivos de museus devam respeitar os princípios arquivísticos fundamentais, como proveniência e organicidade, possuem também o desafio de também dialogar com as práticas museológicas, criando um sistema integrado que facilite o acesso e a pesquisa (Bellotto, 2003).

Calabre (2009) defende a aproximação da abordagem arquivística nos arquivos presentes nos museus. Ela argumenta que os arquivos, muitas vezes vistos como unidades separadas, podem oferecer contexto e autenticidade aos acervos dos museus. Documentos arquivísticos, como cartas, fotografias, registros administrativos e relatórios, fornecem um elo entre os objetos expostos e suas narrativas. A autora enfatiza que a memória não é apenas um registro do passado, mas um processo social que envolve escolhas e disputas. Nesse sentido, tanto arquivos quanto museus estão sujeitos a decisões políticas e culturais que influenciam o que é guardado, exposto ou descartado. Portanto, arquivos e museus não são apenas lugares de guarda de documentos e objetos, mas são espaços dinâmicos de construção de memória e identidade social. Essas instituições desempenham um papel ativo na formação da consciência histórica, ao selecionar, organizar e interpretar os elementos que preservam (Calabre, 2009).

Um dos artigos que traz uma perspectiva para entendimento de arquivos na instituição museológica é da Ozana Hannesch e do Marcus Granato (2013), que já citamos anteriormente. Nesse artigo, vimos que os autores debatem acerca do colecionismo, expondo a diferença entre os documentos de coleção e os documentos de arquivo, sobre diferentes tipos de arquivo em um museu, sobre patrimônio, custódia e salientam que:

As instituições da natureza dos museus produzem arquivos devido às funções intrínsecas de colecionismo (coletar, estudar e conhecer e guardar objetos) e sua gestão, mas também por constituírem-se como entidade ou unidade organizacional, sendo-lhes inerente à geração de documentos. Esta produção de documentos é tarefa diferenciada da função de coletar, gerir, conservar e dar acesso à sua coleção (como finalidade primeira – missão – que lhe caracteriza como museu), embora lhe seja resultante e até complementar (Hannesch; Granato, 2013, p. 02)

Os autores procuram então compreender, que à primeira vista, quando se pensa em arquivos que fazem parte de um museu como sendo produtos da atividade administrativa, “são, portanto, produtos do exercício da gestão, do planejamento e da execução de atividades e de funções realizadas pela instituição museológica” (Hannesch; Granato, 2013, p. 03). Logo, por ser um arquivo

no seu *stricto sensu* deve seguir o seu contexto de produção e seu valor probatório, ou seja, ter como característica a organicidade.

Tessitore (2002) faz uma distinção a partir da noção de custódia e de recolhimento, separando o arquivo institucional do arquivo custodiado, que será utilizado por Hannasch e Granato (2013) para dar prosseguimento a sua análise diferenciando arquivos “de” museus dos arquivos “em” museus.

Assim, está-se denominando de arquivo institucional aquele constituído pelo conjunto de documentos gerados e recebidos por uma entidade produtora, em decorrência de suas atividades e funções; e de arquivos custodiados aqueles fundos ou arquivos originados de outrem, que são adquiridos ou custodiados por uma entidade, não sendo necessariamente por ela originados. (Hannesch; Granato, 2013, p. 06)

Os arquivos “de” museus são conceituados como o arquivo de fato, ou seja, formados por documentos oriundos das ações administrativas do museu, que sofrem um acúmulo orgânico a partir da sua função advinda de diversas áreas técnicas e de pesquisa, inclusive os referentes a ações de curadorias de documentos e objetos de guarda e exposição São, portanto, documentos arquivísticos das atividades finalísticas da instituição (Hannesch; Granato, 2013, p. 07).

Já os arquivos “em” museus estariam os documentos custodiados, que segundo Tessitore (2002, p. 6) “é aquele intencional ou voluntariamente adquirido ou recebido por uma entidade arquivística, mas que tem sua procedência/origem em um indivíduo ou instituição outra, que o produziu e reuniu em decorrência do exercício de suas funções e atividades” (apud Hannesch; Granato, 2013, p. 09). Logo, os autores afirmam que o museu tem responsabilidade jurídica de guarda e proteção sob esse acervo.

Além disso, pode haver mais de um arquivo custodiado e esses documentos podem ter origens diferentes e variadas. Seriam assim “conjuntos de documentos reunidos, de forma artificial, em torno de um tema, função, entidade ou pessoa” (Tessitore, 2002, p. 11).

Maria Celina S. de Mello e Silva (2013), no artigo “Arquivos de Museus: Características e funções”, menciona as características de arquivos de museus, para isso cita Phillip Roberts e Paul Moore (2016) que destaca os documentos desses arquivos em 03 categorias:

O primeiro refere-se ao documento do arquivo propriamente dito, ao seu acervo. O segundo refere-se aos documentos que registram as peças do museu, que na museologia são os chamados registros do acervo. E o terceiro item refere-se aos documentos produzidos pelo museu no decorrer de suas atividades, ou seja, ao arquivo institucional. (Roberts; Moore apud Silva, 2013, 38)

Sobre esse tipo de arquivo, Silva (2013) destaca que ele deve apresentar a função de recolhimento e de colecionar. “A função de recolher refere-se à função de arquivo institucional do mu-

seu; e a função de colecionar refere-se à de preservar o acervo arquivístico adquirido pelo museu, de acordo com a política de aquisição institucional” (Silva, 2013, p. 39). Diferentemente dos autores anteriores, para Silva (2013) a função de recolhimento é associada de imediato ao arquivo institucional compreendido por ele também como sendo como um arquivo permanente ou histórico (p. 40).

Assim sendo, entendemos que o Arquivo Institucional do MHN se caracteriza como um arquivo “de” museu, enquanto o Arquivo Histórico, dessa mesma instituição, pode ser classificado como arquivo “em” museu. Mas mesmo percebendo-os dessa forma, faz-se necessário ponderar algumas de suas especificações e aspectos para de fato saber se podemos considerá-los arquivos na essência mais pura que a literatura arquivística expressa.

O Arquivo Institucional do museu, como vimos anteriormente, é formado por documentos textuais, iconográficos e cartográficos, que perpassam as três idades arquivísticas, ou seja, corrente, intermediária e permanente. No atual Plano Museológico do MHN (2020a) o arquivo faz parte do plano de gestão de documentos e é denominado também como um “arquivo de caráter administrativo (Museu Histórico Nacional, 2020a).

Assim, configura-se como um arquivo que faz a guarda de documentos que fazem parte da atividade meio e também da atividade fim da instituição. “A tipologia dos documentos ali contidos – por fazerem referência a uma instituição quase secular que, por sua vez, trata de temas ligados à memória e ao patrimônio nacional – acaba por prover características históricas às suas séries” (Museu Histórico Nacional, 2020, p. 55).

O arquivo Institucional apresenta os documentos produzidos e acumulados pela instituição, que são frutos das atividades e funções do museu. Possui desde pastas de funcionários, a documentação dos setores do museu, documentos referentes aos acervos e constituições das exposições e até documentos tidos como de caráter histórico, que são das ações de criação do MHN.

Já o acervo do Arquivo Histórico, mesmo sabendo que existem diferenças em se organizar os variados conjuntos de documentos, a designação predominante ao se referir a eles é a de coleção. “Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” (Arquivo Nacional, 2005, p. 52), e de forma arbitrária, podendo ser de diferentes doadores.

A constituição dessas coleções que apresentam títulos como: “calendários e folhinhas”, “Álbuns iconográficos”, “Canudos”, “eleições”, “insígnias”, “cartões postais (avulsos)”, “escravos”, “eventos esportivos”, “material religioso”. Percebemos que muitos desses documentos são organizados apenas por ter o mesmo assunto ou tipologia e essas coleções podem ser formadas por mais de um doador e, ao serem reunidos, não se respeitou o contexto de produção, ou seja, as

atividades e funções para o qual foram criados, descaracterizando-os enquanto documentos arquivísticos para grande parte da literatura arquivística.

Coleção BR RJMHN CF - Calendários e Folhinhas

(...)

Área de identificação

(...)

Dimensão e suporte: Textual: metragem linear 0,17 (corresponde a 67 itens)

Zona de contexto:

(...)

História do arquivo: Não foram localizados os registros de entrada de todos os documentos do MHN e essa Coleção é um desses casos. Optou-se formar coleções com esses documentos para que eles não ficassem desmembrados, tendo como base um titular, o gênero documental ou um assunto. Neste caso o critério de organização da coleção foi por ordem de chegada dos itens.

Zona de conteúdo e estrutura:

Âmbito e Conteúdo: Calendários e Folhinhas caracteriza a evolução das formas que eram produzidos calendários/folhinhas. Reproduzem, em grande parte, imagens do Rio de Janeiro, alguns com imagens religiosas e também de farmácias, postos de combustíveis, de empresa de aviação, homenagem ao 4º Centenário da Fundação da Cidade do Rio de Janeiro. (...) (Museu Histórico Nacional, [s.d.]b. – **grifos nossos**)

Existem outros conjuntos de documentos organizados por nome de personalidades, que são documentos oriundos de doações e compras, mas que podem apresentar um contexto e que de alguma forma foram produzidos e/ou acumulados por essas pessoas no curso de sua atividade, função e vida. São organizados levando em conta as características de documentos arquivísticos que tem como ponto central a sua ação passada, mas que servem de testemunho e fazem parte de um todo orgânico que não pode ser quebrado para se ter sentido enquanto arquivo.

O Arquivo Histórico do MHN possui uma outra característica, além de coleções formadas por documentos textuais, cartográficos e iconográficos organizados de forma arbitrária⁸, ou seja, que não necessariamente levam em consideração o contexto de produção e seu valor probatório (podendo inclusive ser organizado, por assunto, mesmo que destaquem que essas coleções estejam ordenadas em séries e subséries); que seria um arquivo constituído por conjuntos de documentos arquivísticos que se enquadram enquanto arquivos pessoais.

Camargo e Goulart (2007), que vimos anteriormente, ao abordar a classificação de arquivos pessoais, afirmam que “os arquivos pessoais nem sempre são tratados à luz da teoria arquivística” (p. 36), podemos observar, de certa forma, essa questão nos documentos provenientes de doação que se encontram no Arquivo Histórico do MHN. As autoras (2007) relatam que os arquivos

⁸ Ao falar sobre as coleções que fazem parte nesses arquivos “em” museus, Dias (2017) cita Tessitore (2002) sobre esses tipos de arquivo, os quais são “conjuntos de documentos reunidos, de forma artificial, em torno de um tema, função, entidade ou pessoa” (p. 11) Por esse motivo compreendemos que por mais que seja um arquivo, ele se comporta de forma contraditória e apresenta documentos que são reunidos de forma arbitrária.

personais podem não serem descritos levando em conta o contexto, que como vimos, se faz fundamental para a arquivística.

Nessa obra, ainda remete que os arquivos pessoais podem ser considerados como “coleções de documentos”, afinal eles “[...] têm sido abordados por meio de critérios originários das bibliotecas, coerentes com a tradição de ali depositarem as obras e os demais papéis dos escritores.” (p. 37).

Mas as autoras (2007) deixam como observação sobre essas “coleções de documentos” que “os autores clássicos da área arquivística dedicam-se especialmente aos documentos acumulados por instituições, encarando os pessoais, quando muito, como complementares” (Camargo; Goulart, 2007, p. 37 – nota de rodapé). Trazendo para a análise do nosso objeto de estudo, podemos então reafirmar que algumas das coleções do Arquivo Histórico do MHN são arquivos pessoais.

Não é intenção deste trabalho descrever coleções e arquivos pessoais que fazem parte do arquivo, mas destacar a partir de uma coleção formada por mais de um doador (Calendários e Folhinhas) e organizado por tipologia e uma chamada coleção que identificamos como arquivo pessoal (Coleção Miguel Calmon), e que tem uma importância inestimável para o MHN, formas de exemplificar como é formado esse arquivo, e porque consideramos o Arquivo Histórico como espaço formado tanto por coleções, quando por arquivos pessoais.

Portanto, acima das suas peculiaridades, enquanto um arquivo que faz parte de um museu, sua característica e objetivo é a guarda de conjuntos documentais de valor histórico e permanente, que não é produzido pelo museu, mas sim adquirido por doação e/ou compra para, de certa forma, complementar o acervo museológico. Por conseguinte, percebemos esse espaço como sendo um arquivo “em” museu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Então, chegamos ao nosso ponto de chegada que também pode ser considerado de partida, uma vez que se apresenta como um indício, um início de caminho, uma proposta, um esforço analítico em compreender como têm sido tratados os documentos de arquivo em museus. Para tanto, procuramos abordar como campo empírico o Museu Histórico Nacional por entendermos que esta instituição possui diferentes maneiras de processar o seu acervo documental.

Destarte, percebemos que os museus, por serem instituições culturais de memória, possuem particularidades acerca da produção e custódia dos documentos que nos levou a tese de que coexistem no mesmo espaço arquivo “de” museu e arquivo “em” museu. Os documentos produzidos a partir de suas funções e atividades são reunidos organicamente pelo Museu Histórico Nacio-

nal, classificados por seus tipos documentais e preservados em seu chamado Arquivo Institucional. Conforme demonstramos, esse arquivo se assemelha com o conceito de arquivo, difundido pela literatura arquivística tanto brasileira, quanto internacional. Sendo considerado, portanto, arquivo “de” museu.

No entanto, no Arquivo Histórico do MHN há 169 coleções organizadas arbitrariamente pelas mais variadas lógicas: por espécies de documentos; por assuntos; por tipos de suporte; por períodos históricos; por doadores. Neste último caso, percebemos certas semelhanças com o conceito de arquivos pessoais, uma vez que tais coleções são semelhantes a fundos de tais patronos do MHN cujas séries são baseadas em suas atuações sociais, políticas e culturais. Logo, consideramos tais documentos custodiados como arquivo “em” museu, uma vez que tais particularidades na aquisição, classificação, descrição, preservação e acesso destes documentos pouco se aproximam das definições consagradas de arquivo para a área. Todavia, não podem ser descartados, em sua completude, como documentos de arquivo.

Assim, desfecha-se esta análise reconhecendo como um esforço de reflexão acerca dos documentos de arquivo em museus. Não há qualquer pretensão de esgotar tal debate, ao contrário, que o cotejar desta revisão literária com a observação do Museu Histórico Nacional como laboratório empírico sirva de inspiração e possibilidades de investigação para outros estudos acerca da temática

REFERÊNCIAS

Abreu, Regina. **A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996. Disponível em: http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/livros/02-a-fabricacao-do-imortal_memoria-historia-e-estrategias-de-consagracao-no-brasil.pdf Acesso em: 20 out. 2024.

Araujo. Vivian Greco Cavalcanti de. **O Século XXI Coletado: Um estudo sobre a política de aquisição de acervo do Museu Histórico Nacional, seu uso, seus critérios e sua aplicação**. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, 2014. Disponível em: http://www.unirio.br/ppg-pmus/vivian_greco_cavalcanti_de_araujo.pdf Acesso em: 15 jul. 2024.

Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

Boas, Franz. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

Calabre, Tânia. **Memória e Patrimônio: arquivos e museus como espaços de construção da memória**. Salvador: Edufba, 2009.

Camargo, Ana Maria de Almeida; Goulart, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

Costa, J. F. O “Culto da Saudade” nas Comemorações do Centenário da Independência do Brasil: A Criação do Museu Histórico Nacional, 1922. Em **Tempo de Histórias**, [S. l.], n. 18, p. 49–64, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/19889> Acesso em: 05 jun 2024.

DIAS, Fabiana Costa. **Museu Aeroespacial**: Na trilha do seu acervo. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, Universidade, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2017.

Hannesch, Ozana; Granato, Marcus. Acervos Arquivísticos em museus: patrimônio a ser preservado. In: xiv ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 14, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/185422> Acesso em: 05 nov. 2024.

JORDANOVA, Ludmila. Objects of knowledge: a historical perspectives on museums . In: VERGO, Peter. **The new museology**. Londres: Reaktion Books, 2001, p.22-40.

Mendes, Bianca Dias. Questionário para pesquisa de TCC - Arquivo Institucional (MHN) [Entrevista concedida a] Nathalia Nicolau. **Google Form** (12 questões), Rio de Janeiro, nov. 2022.

Meneses, Ulpiano Toledo Bezerra de. O museu de cidade e a consciência de cidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MUSEU HISTÓRICO NACIONAL: MUSEUS E CIDADES, 2003, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: MHN, 2003. p. 255-284.

Museu Histórico Nacional (Brasil). **Plano Museológico do Museu Histórico Nacional 2020-2023**, Rio de Janeiro, RJ: Museu Histórico Nacional, 2020a Disponível em: <https://mhn.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Plano-Museolo%CC%81gico-MHN-2020-2023.pdf> . Acesso em: 15 nov. 2024.

Museu Histórico Nacional (Brasil). **Plano Museológico do Museu Histórico Nacional 2016-2019**, Rio de Janeiro, RJ: Museu Histórico Nacional, 2016 Disponível em: https://www.museus.gov.br/wpcontent/uploads/2020/01/MHN_PlanMuseologico2016_2019_pos_analise_IBRAM_versao_2.pdf Acesso em: 16 out. 2024.

Museu Histórico Nacional (Brasil). **Relatório de 2003 – 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

Museu Histórico Nacional (Brasil). **Relatórios - Seção de Apoio Administrativo – 1987 à 1995**. Rio de Janeiro, 1995.

Museu Histórico Nacional (Brasil). **Propostas de Regimento 1964 – 1970**. Rio de Janeiro, 1970.

Museu Histórico Nacional (Brasil). **Relatório da Direção**. Rio de Janeiro, 1946.

Museu Histórico Nacional (Brasil). **Relatório da Direção**. Rio de Janeiro, 1945.

Portugal, D, V. Bandeira, R., Bitencourt, J. O Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional – trajetória e metamorfoses. In: Museu Histórico Nacional, v. 27, 1995. **Anais** [...]. Rio de Janeiro,

1995 p. 79-89 Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/issue/view/37>
Acesso em: 22 jun. 2024.

Pret, Raquel Luise Coelho. **Ver é conhecer**: memória e identidade no processo de revitalização do Museu Histórico Nacional (1982-1989) Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12345/ver%20e%20conhecer.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 24 out. 2024.

Silva, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos de Museus: características e funções. **Revista Museologia e Interdisciplinaridade**, Brasília: UNB, v. 2, n. 4, p. 36-47, maio/junho 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16362> Acesso em: 19 out. 2024.

Tessitore, Viviane. **Arranjo**: estrutura ou função? São Paulo: ARQ-SP, 2002.

NOTAS DE AUTORIA

Raquel Pret

Professora adjunta do Departamento de Ciência da Informação (GCI) e do Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Autora do livro *Do que se trata? A indexação em arquivos de universidade*, publicado pela Eduff e do trabalho *O pioneirismo da mulher na Arquivologia brasileira*. Ministra as disciplinas de Extensão Universitária em Arquivos I e II, para o curso de Arquivologia e Trajetos e Horizontes Epistemológicos em Ciência da Informação, para os cursos de mestrado e doutorado em Ciência da Informação, da UFF. Desenvolve pesquisas sobre indexação, arquivos, documentos de arquivo, informação, memória e patrimônio. Seus estudos atuais abordam questões de gênero e decolonialidade.
<http://lattes.cnpq.br/2479344350959442>

Nathalia dos Santos Nicolau

Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (2013) e mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (2016). É Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (2022), tendo experiência em arquivos corrente, intermediário e permanente, além de protocolo. Atualmente trabalha na Coordenação de Gestão Documental da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) (2023) atuando nas atividades relacionadas a Gestão de Documentos, no tratamento de acervos físicos e digitais (SEI).
<http://lattes.cnpq.br/9517623963117912>